

**Revista
Portuguesa
de Educação**

P



**37
1**



Jan - Jun 2024

Diretora

Íris Susana Pires Pereira

Diretores adjuntos

Maria Helena Martinho

Maria João Gomes

Comissão editorial

Ana Sofia Afonso

António Luís Valente

Carolina Jardim

Filipa Seabra

Gina Lemos

Glória Solé

Guilherme Rego Silva

Joana Casanova

Joana Sousa

José António Martin Moreno Afonso

José Augusto Palhares

Luís Dourado

Maria Conceição Pinto Antunes

Sandra Santos

Sílvia Monteiro

Susana Caires

Design gráfico

Catarina Soares Barbosa

Revisão Linguística

Beatriz Passos

Paginação

Marta Morgado

Apoio

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Propriedade

Centro de Investigação em Educação (CIEE)

Instituto de Educação

Universidade do Minho

Campus de Gualtar

4710-057 Braga

Portugal

Indexação e avaliação

SciELO

DOAJ

Latindex (Repositório & Catálogo 2.0)

REDIB

ERIH Plus

Publindex

RedALYC

MIAR

Dialnet

SCOPUS - Q4

Qualis CAPES - A1

<https://revistas.rcaap.pt/rpe>

rpe@ie.uminho.pt

ISSN: 0871-9187 / E-ISSN: 2183-0452



Universidade do Minho
Instituto de Educação

CIEE Centro de
Investigação
em Educação

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Índice

- O ecossistema das publicações científicas de acesso livre: Contributos, desafios e agentes** e24020
Maria João Gomes
Íris Susana Pires Pereira
Maria Helena Martinho
- Supervisão e inovação pedagógica: Um estudo na formação inicial de professores de Francês em Moçambique** e24001
Ana Maria David
Flávia Vieira
- Intervention in learning strategies: A proposal for in-service teacher training** e24002
Deivid Alex dos Santos
Paula Mariza Zedu Alliprandini
- O apoio da família na adaptação de jovens portugueses ao ensino superior: Uma revisão integrativa da literatura** e24003
Elisabete Gonçalves
Ana Tomás Almeida
- Manifestaciones y escenarios de la violencia escolar percibida en comunidades educativas de Cartagena, Colombia** e24004
Elsy Domínguez De la Ossa
Pedro Vázquez-Miraz
- Programa para aulas con estudiantes sordos: Construcción de profesionales chilenos y colombianos** e24005
Karina Muñoz Vilugrón
Carmen Sastre González
Carlos Enríquez Lozano
Alejandra Sánchez Bravo
- A tríade universidade, escola e profissão na formação docente: Considerações sobre a verticalização nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia** e24006
Roberta dos Reis Neuhold
Márcio Rogério Olivato Pozzer
- Apropriações das tecnologias digitais na prática docente após ensino remoto emergencial: Uma análise de emergência de conceitos** e24007
Regiani Coser Cravo
Marcelle Rose da Silva Minho
Marcus Túlio de Freitas Pinheiro
Emanuel do Rosário Santos Nonato

Perspectivas de los docentes y del alumnado universitario sobre los factores que influyen durante el aprendizaje del inglés como lengua extranjera e24008

Inmaculada Martín-Espinosa
Rosario Gil-Galván

Os “profissionais” de educação de adultos e a importância dos contextos de trabalho para o seu processo de aprendizagem e construção de saber: Um processo suficiente? e24009

Armando Paulo Ferreira Loureiro

A institucionalização de um sistema separado no atendimento à infância em Portugal (1974-2023): O lugar da creche e24010

Manuela Ferreira
Catarina Tomás
Cristina Rocha
Roseli Nazario

Educação a distância e ensino remoto: Oposição pelo vértice e24011

Braian Veloso
Daniel Mill

Utilização do Kahoot! em procedimentos de ensino: Uma revisão sistemática da literatura e24012

Éllen Patrícia Alves Castilho
Verônica Bender Haydu

A literatura na formação docente e a catarse como fundamento preparatório para a sala de aula e24013

Maria Cláudia Bachion Ceribeli

Escuta e formação: O silêncio pedagógico em Montessori e23014

Alberto Filipe Ribeiro de Abreu Araújo
Joaquim Machado de Araújo
Iduina Mont'Alverne Chaves

Construindo a docência na profissão acadêmica: Possibilidades da formação em pedagogia no ensino superior e24015

Mariana Gaio Alves
Teresa N. R. Gonçalves

Evolución de la percepción de la competencia digital en la formación universitaria del profesorado tras la enseñanza remota de emergencia e24016

Marta Gómez-Gómez
Raquel Hijón-Neira
Liliana Santacruz-Valencia
Diana Pérez-Marín

Percursos escolares e participação social dos jovens: As origens de classe ainda são relevantes?

e24017

Pedro Abrantes
José Augusto Palhares
Leonor Lima Torres

Operacionalização do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória: Um estudo de caso no 1.º CEB

e24018

Paula Andrade
Ângela Couto
Cláudia Maia-Lima
Fernando Lima

Nível de conhecimento dos professores sobre o TDAH nas escolas públicas estaduais de Rondônia, no Brasil

e24019

Marcos Antônio Shreder da Silva
Christian Haag Kristensen

O ecossistema das publicações científicas de acesso livre: Contributos, desafios e agentes

O movimento do acesso livre ao conhecimento tem uma história rica e diversificada. Entre as iniciativas mais marcantes deste movimento, podem registar-se a criação e disseminação de repositórios institucionais de publicações; a criação dos bancos de dados de investigação abertos e a criação de revistas de acesso livre. Todas estas abordagens e estratégias são extremamente importantes como recursos de disseminação e de democratização de acesso ao conhecimento.

As publicações científicas de acesso livre apresentam várias virtualidades na disseminação da produção académica e científica, quer para os autores, quer para os seus leitores. Entre essas virtualidades, a literatura identifica as seguintes:

1. Democratização do acesso ao conhecimento;
2. Maior rapidez na disseminação do conhecimento;
3. Maior visibilidade e, conseqüentemente, maior impacto.

Às vantagens elencadas, pode acrescentar-se a maior rapidez na publicação, particularmente no caso das revistas digitais de publicação contínua, tendência crescente nas revistas de acesso livre, modalidade de edição que a RPE recentemente adotou (Pereira et al., 2023).

As características referidas têm implicações importantes no ecossistema académico e científico. Mesmo que indiretamente, contribuem para o desenvolvimento de redes de colaboração internacional, decorrentes de um maior conhecimento do trabalho desenvolvido por autores de diversos países, o que pode conduzir ao estabelecimento de contactos e parcerias de investigação e coautoria. Quando associadas a uma política de publicação contínua que, potencialmente, diminui o tempo entre a submissão dos manuscritos e a sua divulgação, podem contribuir para uma mais rápida disseminação e aplicação do conhecimento divulgado. Acresce que, quando articuladas com uma política de disponibilização de dados nos repositórios/bancos de dados de investigação, incentivam maior transparência relativamente à investigação assim como um melhor e maior aproveitamento dos dados de investigação recolhidos, maximizando assim os investimentos e esforços associados à investigação científica.

Apesar das suas virtualidades, as publicações de acesso livre enfrentam diversos desafios, alguns comuns às publicações comerciais, mas outros que lhe são específicos. Entre estes últimos, destaca-se o problema da sustentabilidade financeira, particularmente no caso das revistas de acesso livre sem taxas de publicação e de acesso gratuito a leitores, publicações que se

Maria João Gomesⁱ
Universidade do Minho,
Portugal.

Íris Susana Pires Pereiraⁱⁱ
Universidade do Minho,
Portugal.

Maria Helena Martinhoⁱⁱⁱ
Universidade do Minho,
Portugal.

inserem no designado *Acesso Aberto Diamante*, conceito consolidado e amplamente disseminado particularmente a partir da publicação do *Relatório sobre o Acesso Diamante* publicado pela Comissão Europeia (2021).

A inexistência de taxas de publicação é uma condição determinante para uma maior democratização da oportunidade de publicação académica e científica, limitando as condições de publicação ao mérito da pesquisa e à qualidade da forma como é comunicada, evitando que a menor disponibilidade de financiamento dos autores seja fator limitante na capacidade de publicar. Com efeito, apesar da existência de publicações científicas com taxas de publicação que têm algumas medidas no sentido de atenuar este constrangimento – como sejam taxas diferenciadas para certa tipologia de autores (por exemplo, estudantes) ou para autores que colaboram nessas publicações como revisores – o financiamento é um fator que continua a dificultar e limitar o acesso à oportunidade de publicação nessas revistas, podendo conduzir a uma sub-representação de autores com menores recursos financeiros.

Criar e manter uma revista científica em acesso livre – tipicamente revistas digitais – tem encargos significativos, de entre os quais se destacam a manutenção de plataformas de publicação; serviços (sistema) de deteção de plágio; serviços de revisão linguística e de formatação de texto, custos associados ao arquivamento digital, entre outros. Daqui decorre que a existência de revistas com tipologia *Diamante* está dependente de formas alternativas de financiamento, como sejam financiamentos institucionais ou mecenato, mesmo considerando que muitos outros processos essenciais, associados aos próprios autores, editores e revisores, são, na maioria dos casos, suportados de forma graciosa pelos mesmos. Por conseguinte, aumentar a qualidade e a robustez das publicações científicas de acesso livre (e mais ainda sem taxas de publicação) depende de todo um ecossistema de intervenientes e de relações e pode ser perspetivado como uma responsabilidade social dos investigadores e autores, mormente daqueles cuja investigação é financiada por fundos públicos.

O processo de publicação académica e científica tem diversos intervenientes, entre os quais se destacam os editores, os autores, os revisores e os leitores. Em uma, ou em várias destas categorias de agentes, todos nós somos membros do ecossistema complexo que é a atividade de investigação e disseminação científica, e a cada um de nós cabe a responsabilidade coletiva de contribuir para sua consolidação.

Os autores são, em paralelo com os seus leitores, os destinatários centrais deste ecossistema. E se a ambos cabe o usufruto principal da existência de publicações científicas de acesso livre, é legítimo pedir-lhes uma corresponsabilização na consolidação dessas mesmas publicações. Aos autores pede-se que resistam à tentação de publicar em revistas que o próprio ecossistema científico classifica de “predatórias”, uma expressão disseminada por Beall (2012). Revistas que, cobrando taxas de publicação, se pautam pela ausência ou fraca qualidade de processos de revisão científica, linguística ou gráfica, afigurando-se um “modelo de negócio” que, independentemente da sua legitimidade legal, configura um contexto de duvidosa legitimidade no que concerne à publicação científica e académica. Tais práticas, em que

frequentemente é a própria revista que convida o autor a publicar, muitas vezes propondo a publicação de textos (similares a outros) já publicados em atas de eventos científicos, podem contribuir para uma perceção de baixa qualidade e/ou eficiência das revistas de acesso livre, diminuindo a sua credibilidade. Importa, assim, que os autores priorizem revistas com processos exigentes de revisão por pares, contribuindo deste modo para a sua consolidação. No mesmo sentido, importa que os autores aceitem priorizar a publicação de estudos e manuscritos da mais alta qualidade em revistas de acesso livre, mesmo que em detrimento da sua publicação em revistas eventualmente já mais consolidadas, prestigiadas ou com maior fator de impacto, como forma de contribuírem para o acesso ao conhecimento por todos, colocando, assim, efetivamente o seu conhecimento disponível a um maior número de leitores.

Sendo os leitores os destinatários da publicação científica e académica, também a eles cabem responsabilidades no desenvolvimento e consolidação das revistas de acesso livre. Se o acesso livre permite que os investigadores ou leitores de ciência tenham ao seu dispor um maior número de publicações sem carácter oneroso, de eles se espera contribuírem para a sua divulgação, fator importante para a consolidação e reconhecimento das mesmas.

Nesta equação entre autores e leitores, muitas vezes num movimento de tandem, é frequentemente esquecido, ou minorizado pela insuficiente valorização, o papel essencial dos revisores científicos, garante da qualidade e da credibilidade das publicações científicas. A função dos revisores é, de facto, crucial para que qualquer publicação científica possa cumprir as suas funções de disseminação de conhecimento, assegurando que as mesmas apresentam investigação original, respeitadora do trabalho e conhecimento já existentes, eticamente desenvolvida, significativa, relevante, publicada e disseminada num curto prazo de tempo. Aos revisores científicos cabe a responsabilidade científica de “validar” o rigor e a relevância científica dos textos que analisam e a responsabilidade académica e pedagógica de contribuir para a melhoria da qualidade dos mesmos e também para o desenvolvimento dos respetivos autores. Desta forma, os revisores, em parceria com os editores, são os “garantes” da qualidade e rigor das publicações com as quais colaboram. Tratando-se de uma atividade exigente do ponto de vista académico, científico e de disponibilidade, efetuada, na sua generalidade, com carácter voluntário e sem remuneração, a revisão científica deveria ser altamente valorizada académica e socialmente, desse modo reconhecendo o contributo indiscutível dos revisores para a qualidade da publicação. Este reconhecimento e valorização é ainda mais importante quando, progressiva, mas lentamente, caminhamos no sentido dos processos de revisão por pares aberta, que reforça o escrutínio do papel e das funções dos revisores, tornando-o mais visível e mais exigente, nomeadamente na dedicação de tempo exigida pelo esse processo.

Entendemos que a consolidação das políticas de acesso livre ao conhecimento, particularmente no caso das publicações científicas, é uma prática de grande valor societário e para a qual todos somos chamados a contribuir, numa lógica de serviço ético. Apesar de todos os constrangi-

mentos com que também se debate, a *Revista Portuguesa de Educação* tem assumido as suas responsabilidades e continuará a empenhar-se no sentido de consolidar e reforçar as suas práticas em prol da construção do ecossistema das Publicações Científicas de Acesso Livre.

REFERÊNCIAS

Beall, J. (2012). Predatory publishers are corrupting open access. *Nature*, 489, 179-179. <https://doi.org/10.1038/489179a>

Comissão Europeia. (2021). *Estudo sobre as políticas e práticas de publicação de acesso aberto na Europa (Relatório Final)*. Publicações da União Europeia. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/3b8d163d-8ab2-11eb-82f6-01aa75ed71a1/language-pt/format-PDF/source-201036782>

Pereira, Í. S. P., Martinho, M. H., & Gomes, M. J. (2023). Editorial. *Revista Portuguesa De Educação*, 36(2), e23045. <https://doi.org/10.21814/rpe.34081>

i Centro de Investigação em Educação (CIEd), Instituto de Educação, Universidade do Minho, Portugal.

<https://orcid.org/0000-0001-5927-0601>

mjgomes@ie.uminho.pt

ii Centro de Investigação em Educação (CIEd), Instituto de Educação, Universidade do Minho, Portugal.

<https://orcid.org/0000-0003-0647-2319>

iris@ie.uminho.pt

ii Centro de Investigação em Educação (CIEd), Instituto de Educação, Universidade do Minho, Portugal.

<https://orcid.org/0000-0001-5697-1568>

mhm@ie.uminho.pt

Toda a correspondência relativa a este artigo deve ser enviada para:

Maria João Gomes

mjgomes@ie.uminho.pt

Recebido em 28 de junho de 2024

Publicado em 28 de junho de 2024